Pesquisa experimental em psicologia social *

AROLDO RODRIGUES **

Relevância e atualidade parecem constituir critérios válidos para a escolha de um tema do tipo que ora apresentamos. *Pesquisa experimental em psicologia social* satisfaz ambos êstes critérios. Com efeito, o processo de pesquisa é básico em qualquer ciência e pesquisa do tipo experimental fornece ao cientista o veículo adequado para suas descobertas. Em psicologia social, especìficamente, o tema tem recebido destaque, haja vista o extenso capítulo intitulado Experimentation in social psychology publicado na última edição do *Handbook* e magnìficamente composto por Aronson e Carlsmith. Além disso, os livros recentes de psicologia social salientam êste tipo de pesquisa do conhecimento e um artigo publicado há três meses na revista *American Psychologist* por Charles Lachenmeyer focaliza o aspecto da experimentação em psicologia em geral e em psicologia social em particular. Tais dados são suficientes, para

* Trabalho apresentado no Forum de Psicologia Social, organizado pela Associação Brasileira de Psicologia Aplicada.

** Da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia.

mostrar aos menos familiarizados com a psicologia social contemporânea, que o tema sôbre o qual discorrerei aqui é, de fato, relevante e atual. Convém salientar, entretanto, logo de início, que não constitui matéria livre de controvérsia a questão-chave da utilidade, do valor e da propriedade da pesquisa experimental em psicologia social. Como o Forum de Psicologia Social organizado pela Associação Brasileira de Psicologia Aplicada não se destina apenas a psicólogos sociais ou estudantes que já foram introduzidos no assunto, mas sim a tôdas as pessoas que tenham interêsse e curiosidade em conhecer melhor o que é psicologia social, parece-me aconselhável citar alguns experimentos realizados nesta área a fim de que todos possam acompanhar com mais interêsse o tema que será aqui abordado. Ao relembrar êstes experimentos aos que já os conhecem, e ao apresentá-los aos que dêles não têm ciência, tenho por finalidade sintonizar a atenção em tôrno do aspecto crucial do tema que me coube, suscitando uma tomada de posição dos leitores acêrca exatamente daqueles pontos mais controvertidos do assunto, ou seja, a utilidade, a validade e até mesmo o cabimento da atividade de pesquisa experimental em psicologia social dentro do contexto sociocultural de um país em desenvolvimento.

1. O experimento de Asch (1946)

Em experimento amplamente divulgado, Asch demonstrou a influência exercida pela pressão social. Um sujeito *naïf* era colocado a seguir de seis outros pretensos sujeitos que, na realidade, eram aliados do experimentador. Tais aliados do experimentador bem como o sujeito ingênuo eram confrontados com uma série sucessiva de quadros nos quais havia uma linha-padrão vertical e três outras linhas, duas das quais nìtidamente diferentes da linha-padrão e uma idêntica a esta. Os aliados do experimentador eram prèviamente instruídos a responderem à pergunta "qual destas três linhas é do mesmo tamanho que a linha-padrão?" de forma errada, isto é, indicando *unânimemente* uma das duas outras que diferiam totalmente do padrão. Cêrca de 33% dos sujeitos da experiência contrariaram a evidência do que viam e concordaram com a maioria errada. Tal experimento, replicado inúmeras vêzes e em diferentes contextos socioculturais, demonstra de forma inequívoca a suscetibilidade dos sêres humanos à opinião dos outros.

2. O experimento de Festinger e Carlsmith (1959)

Não raro se encontram situações em que uma pessoa é induzida a comportar-se de uma maneira contrária aos seus princípios ou sistemas de valôres em troca de alguma recompensa. De acôrdo com a teoria da dissonância cognitiva, a magnitude da dissonância será tanto maior quanto menor fôr o incentivo capaz de levar uma pessoa a engajar-se num comportamento contrário aos seus valôres. O clássico experimento nesta área é o de Festinger e Carlsmith (1959). Dois grupos experimentais e um de contrôle foram planejados. Os Ss dos três grupos foram solicitados a

realizar uma tarefa extremamente monótona e desinteressante. Após a realização dessa tarefa, cada um individualmente foi solicitado a dizer a uma pessoa que iria, supostamente, submeter-se à mesma tarefa que esta era muito interessante. Isso seria feito em troca de uma recompensa de US$ 1.00 para um dos grupos experimentais e de US$ 20.00 para o outro. O grupo de contrôle não recebeu nada e aos seus integrantes nada foi solicitado além de julgar, em duas ocasiões, numa escala dada, a atratividade da tarefa a que haviam sido submetidos. Os resultados do experimento mostraram que os indivíduos do grupo experimental que haviam recebido US$ 1.00 julgaram a tarefa muito mais interessante que o grupo de contrôle; ao passo que o grupo, cujos Ss receberam US$ 20.00 cada um, não se diferenciou do grupo de contrôle na consi deração da tarefa. De fato ambos avaliaram-na muito negativamente.

3. O experimento de Aronson e Mills (1959)

Aronso e Mills (1959) submeteram estudantes universitárias a um experimento em que elas se apresentaram como voluntárias para participar de um grupo de discussão sôbre a psicologia e o sexo. Dois grupos experimentais foram planejados. Em um dêles, as môças eram submetidas a testes relativamente embaraçosos sob a alegação de que era preciso verificar a naturalidade e maturidade com que elas encaravam assuntos relacionados a sexo, a fim de evitar que o grupo fôsse prejudicado por pessoas não devidamente preparadas. No outro grupo, o teste não continha nada de desagradável. Depois de submetidas e aprovadas no teste, foi-lhes permitido ouvir a parte final da discussão de um dos grupos já formados. A discussão era gravada, mas tudo foi feito de sorte que as môças que se submeteram ao experimento pensassem que a discussão se processava, naquele momento, numa sala adjacente à que se encontravam. A discussão era a mais tediosa e desinteressante possível. Foi pedido às participantes do experimento, após terminada a discussão que ouviram através do sistema de intercomunicação do laboratório, que indicassem em escalas apropriadas quão interessante elas acharam a descrição que haviam ouvido. Tal como esperado pela teoria da dissonância, as môças que passaram pelo teste mais desagradável avaliaram a discussão mais favoràvelmente do que as que tiveram um teste suave. Como não era possível desfazer o embaraço e o desconfôrto que experimentaram no teste, a única maneira que lhes restava para reduzir a dissonância era a de distorcer sua percepção da discussão banal e desinteressante que ouviram, passando a achá-la atraente e interessante.

Gerard e Mathewson (1966) apresentam várias explicações alternativas para o fato de o grupo de môças que teve um teste mais severo e embaraçoso ter valorizado mais a discussão ouvida. Apresentam êles como possíveis explicações o fato de elas terem sido mais motivadas sexualmente pelo teste e, conseqüentemente, mais interessadas estavam em falar sôbre o sexo do que as môças do outro grupo. Elas podem também ter ficado mais curiosas em relação à discussão em virtude do estranho teste

por que passaram (ter que repetir palavras obscenas) e podem mesmo ter-se sentido aliviadas quando verificaram que a discussão não envolvia o mesmo tipo de eventos ocorridos no teste. Gerard e Mathewson conduziram então um experimento semelhante, porém utilizando choque de intensidade variável como estímulo negativo. Os resultados confirmaram as predições da teoria da dissonância congnitiva.

4. O experimento de Rodrigues (1965)

Outro experimento de Rodrigues (1965) foi elaborado para esclarecer o problema revelado por seu experimento anterior. Êste experimento procurou medir os efeitos de três parâmetros do equilíbrio — sinal da relação *p/o*, importância da relação *p/x* e fôrça das relações entre os da estrutura interpessoal. Um modêlo fatorial 3x2x4 com 17 réplicas foi elaborado. Os Ss deviam participar de duas sessões. Na primeira, o examinador media os sentimentos dos Ss em relação a pessoas de quem gostavam, ou de quem desgostavam, em graus diferentes, suas atitudes em relação a 54 conceitos e a importância por êle atribuída a atitudes positivas ou negativas em relação a tais conceitos. Na segunda sessão, 48 afirmações com relação positivas fortes, moderadas e fracas entre *p* e *o* foram construídas, 24 das quais envolviam relações *p/x* importantes e 24 relações não importantes. Cada um dêstes conjuntos de 24 continha oito tríades equilibradas, oito desequilibradas com uma relação *p/o* negativa e oito desequilibradas com uma relação *p/o* positiva. Foi pedido aos Ss que indicassem o grau de tensão, desconfôrto ou mal-estar que tais situações podiam causar caso fôssem verdadeiras. A escala ia de 1 (ausência de tensão) a 7 (tensão muito forte).

Os resultados mostraram efeitos principais (*main effects*) significantes do tipo de tríades (equilibrada, desequilibrada com uma relação *p/o* negativa, ou desequilibrada com uma relação *p/o* positiva), da importância da relação *p/x* e do número de relações fortes e uma interação significante de tais efeitos. Os dados revelaram também que uma relação equilibrada envolvendo discordância com um *o* negativo gera ainda mais tensão que relações desequilibradas. Uma tabela para a avaliação média de tensão é apresentada a seguir.

SUMÁRIO DOS DADOS DE RODRIGUES (1965)

	Concorda	Discorda
p L o	1,4	3,1
p DL o	2,3	4,2

Êstes dados são muito semelhantes àqueles obtidos por Jordan (1953), especialmente no que diz respeito à alta média de avaliação de tensão para as tríades equilibradas, nas quais tivesse ocorrido discordância com um *o* negativamente avaliado.

Resumindo os dois experimentos conduzidos por Rodrigues, podemos dizer que êles confirmam o princípio do equilíbrio nas tríades que envolvem relações *p/o* positivas, mas não o confirmam no que diz respeito às tríades com relações *p/o* negativas. Êles também mostraram a relevância da fôrça da relação na mudança de tríades desequilibradas em equilibradas, do mesmo modo que a relevância do tema, do tipo de tríade e do número de elos fortes para a quantidade de tensão gerada por tríades de diferentes configurações.

5. O experimento de Brehm e Cole (1966)

Testando sua teoria da reatância psicológica, Brehm em associação com Cole (1966) demonstrou que Ss, que recebem um favor com características de imposição à sua liberdade, reagem a isto de maneira diversa daquela que normalmente seria esperada, ou seja, deixam de prestar um favor à pessoa que os auxiliou à sua revelia quando oferecida uma oportunidade de retribuição. Os autores intepretam êste comportamento como indicativo de uma motivação ao restabelecimento de uma liberdade ameaçada ou perdida.

6. O experimento de Linder, Cooper e Jones (1967)

Linder, Cooper e Jones (1967) também questionam a correção da interpretação dada por Rosenberg a seus achados, baseando-se no fato de que a liberdade de escolha é uma condição indispensável ao aparecimento de dissonância e que os Ss do experimento de Rosenberg não tiveram tal liberdade. Em seu artigo, os autores apresentam dois experimentos. O primeiro é quase idêntico ao de Cohen (1962), variando apenas no que diz respeito ao recrutamento de Ss. Os Ss do primeiro experimento apresentado por Linder, Cooper e Jones (1967) foram trazidos ao laboratório e não procurados em seus dormitórios como no experimento de Cohen. Duas condições foram criadas: uma de *liberdade* e uma de *ausência de liberdade.* Além destas condições, houve a manipulação costumeira da magnitude da recompensa oferecida (US$ 0,50 e US$ 2,50). Nas quatro condições experimentais os Ss foram solicitados a escrever um ensaio contra-atitudinal. O tópico era de grande popularidade no momento na universidade de Dule: proibição de comunistas falarem no *campus* da universidade. Os Ss, tal como indicado pelo grupo de contrôle, eram contra a proibição. No experimento, êles eram solicitados a escrever a favor da proibição, recebendo para a redação do ensaio a recompensa de US$0,50 ou US$2,50. Na condição de *liberdade* era-lhes dito pelo E: "Eu vou esclarecê-lo acêrca da tarefa. Eu quero deixar claro, todavia, que a decisão de executar ou não a tarefa será totalmente sua." Na condição de ausência de liberdade o E apenas dizia que iria explicar em que consistia a tarefa que os Ss haviam-se comprometido a realizar. Após explicar em que consistia a tarefa e mencionar os dois tipos de incentivos (de acôrdo com a condição experimental em que se encon-

trava o S) o E, na condição de liberdade, repetia que cabia ao S decidir se queria ou não realizar o que lhe estava sendo solicitado.

Os resultados mostraram claramente o que foi verificado anteriormente pelos experimentos que confirmaram as predições derivadas da teoria da dissonância. Na situação de liberdade, quanto menor o incêntivo maior a mudança de atitude; na situação de ausência de liberdade, o oposto foi encontrado.

Obtida esta confirmação para o papel da liberdade de escolha no engajamento em comportamento contra-atitudinal e conseqüente mudança de atitude, Linder et al. (1967) conduziram um segundo experimento no qual repetiram exatamente o procedimento de Rosenberg (1965), apenas assegurando aos Ss a liberdade de participarem ou não no "experimento do estudante graduado do departamento de educação", após ouvirem em que consistia a tarefa que lhes seria pedida. Vejamos como os autores conseguiram fazê-lo.

O procedimento foi inteiramente pautado pelo de Rosenberg. O tema sôbre o qual seria medida a atitude dos Ss dizia respeito ao aumento do contrôle exercido pela administração da universidade, o que estava causando repúdio ostensivo dos estudantes. Os Ss foram 59 estudantes de um curso introdutório de psicologia, que se apresentaram voluntàriamente para participar de um experimento descrito como sendo um "levantamento de atitudes". Ao chegar ao laboratório o S encontrava o E ocupado e, tal como no experimento de Rosenberg, era informado de que haveria uma demora de uns 15 ou 20 minutos. Logo em seguida, após o S concordar em esperar, o E repetia exatamente as mesmas instruções dadas por Rosenberg acêrca da possibilidade de participação em um outro estudo enquanto êles esperavam. Os dizeres foram exatamente os mesmos utilizados por Rosenberg. Para metade dos Ss, todavia, foi acrescentado o seguinte: "Tudo o que eu disse a êste indivíduo foi que eu lhe enviaria alguns Ss se fôsse conveniente, mas que eu não os poderia obrigar de forma alguma. Portanto quando você chegar lá, ouça o que êle tem a lhe dizer e sinta-se à vontade para fazer a decisão após isto". A outra metade dos Ss não recebeu esta observação, ficando, destarte, na mesma situação dos Ss do experimento de Rosenberg. No mais, o experimento assemelhou-se em tudo ao de Rosenberg com mais uma pequena exceção. Como o experimentador que fazia o papel do estudante graduado do departamento de educação não sabia quais os Ss que estavam na condição de liberdade de escolha de participar e quais os que se encontravam na outra condição, êle dizia, ao solicitar-lhes que escrevessem o ensaio contra-atitudinal, a expressão "se você quiser" ("if you are willing"), reforçando, assim, a situação de escolha para os que haviam sido advertidos acêrca da possibilidade de não se conformarem com as exigências do experimento. Dois níveis de incentivo financeiro foram utilizados: US$0,50 e US$2,50.

Os resultados foram inequívocos. Na condição experimental paralela à de Rosenberg, quanto maior o incentivo maior a mudança de

atitude; na situação de escolha livre, quanto menor o incentivo maior a mudança de atitude. As verificações habituais relativas ao conteúdo dos ensaios nas diferentes condições foram feitas, não se tendo encontrado diferenças significantes.

Os experimentos que acabamos de descrever sucintamente podem ser enquadrados nos seguintes tipos sugeridos por Lachenmeyer em seu artigo no *American Psychologist,* de julho de 1970, a que já me referi anteriormente. Os experimentos de Asch, Darley e Latané e o de Latané e Rodin, enquadram-se na categoria de experimentos nomológicos, sendo caracterizados pela sua finalidade de verificar empìricamente a validade de hipóteses que não são derivadas dedutivamente de uma teoria geral; os de Festinger e Carlsmith, Aronson e Mills, Rodrigues e Brehm seriam considerados por Lachenmeyer como *experimentos teoréticos* de vez que são experimentos destinados ao teste empírico de hipóteses diretamente derivadas de uma teoria geral; o experimento de Linder, Cooper e Jones seria chamado, na terminologia em que estamos nos inspirando, de *experimento crucial,* de vez que sua característica principal é a de testar predições opostas para um mesmo fenômeno, predições estas deduzidas de teorias conflitivas. Baseado na reação dos meus alunos nos cursos introdutórios de psicologia social que tenho ministrado anualmente desde 1966, eu diria que as seguintes perguntas devem ter ocorrido às pessoas que me lêem, durante a narração dos experimentos aqui passados em revista: que adianta fazer um experimento com um número tão pequeno de pessoas? qual a possibilidade de generalização dêstes achados experimentais? e a influência da cultura, será que tais resultados seriam obtidos em outros contextos socioculturais? e as variáveis de personalidade, por acaso não é importante levar isto em conta? Não seria perfeitamente plausível esperar-se que pessoas mais submissas fôssem mais influenciadas pela opinião da maioria no experimento de Asch, que pessoas mais tímidas ficassem mais inibidas nos experimentos de Latané e seus associados, que pessoas mais rígidas reagissem diferentemente diante da situação de equilíbrio ou de desequilíbrio apresentada no experimento de Rodrigues, que o nível econômico dos sujeitos dos experimentos de Festinger e Carlsmith e de Linder, Cooper e Jones tivesse influído nas respostas obtidas? e, finalmente, que o alívio de livrar-se da situação constrangedora do experimento de Aronson e Mills, na condição de iniciação severa, tivesse sido a razão explicativa da maior valorização dada pelas pessoas incluídas nesta condição no que concerne à discussão em grupo que ouviram? Estas e muitas outras perguntas ocorrem com freqüência entre os meus alunos e, acredito, muitas delas, e outras do gênero, também tenham assomado à mente dos leitores durante a descrição de tais experimentos.

Além da inquietação decorrente do tipo de indagações que venho de ilustrar, a experimentação em psicologia é alvo de críticas por vêzes bastante severas, tanto por parte de leigos como por parte de profissionais que atuam no setor específico das ciências sociais. Vejamos as mais freqüentes. O experimento de laboratório simula uma situação da vida

real e depois pretende extrapolar os achados obtidos nesta situação artificial para a realidade. Ora, continuam os críticos, uma coisa é viver uma situação de fato e outra muito diferente é reagir num laboratório de psicologia, onde as próprias demandas inerentes à situação artificial criada precludem um comportamento semelhante ao que o indivíduo naturalmente exibiria ao vivenciar uma situação fora do laboratório. Dizem ainda que a situação de laboratório gera um estado de apreensão de avaliação, de julgamento que o experimentador possa vir a fazer, e uma conseqüente reação tendenciosa que visa a criar uma impressão favorável mas que não corresponde à reação autêntica que o sujeito teria se, na vida real, deparasse com um estímulo semelhante. Por que então, insistem os críticos, perder tanto tempo, trabalho e dinheiro, montando aparatos especiais e planejando cuidadosamente estas "simulações", se a psicologia contemporânea já dispõe de técnicas bastante eficazes para observar os fenômenos psicossociais de interêsse tal como êles se desenrolam na vida real? E, além disso, justificar-se-ia num país em desevolvimento o gasto de tempo e dinheiro em investigações puramente teóricas, quando se faz necessária a resolução de problemas sociais de grande aspecto, da forma mais eficaz e mais rápida possível?

Eis aí um resumo das costumeiras invectivas contra a atividade dos psicólogos sociais que se dedicam à pesquisa experimental de laboratório. Vejamos a seguir a resposta que os psicólogos sociais, dedicados a tal tipo de pesquisa, têm a dar aos simpatizantes das críticas que acabo de resumir. Quanto às críticas do primeiro tipo, ou seja, aquela que muito provàvelmente lhes ocorreram enquanto eu descrevia os experimentos, não há como negar sejam quase tôdas elas perfeitamente legítimas. Cumpre salientar, entretanto, que sua pertinência restringe a amplitude das inferências tiradas de um experimento, porém não invalida a atividade experimental. Refiro-me, especìficamente, às críticas relativas à possibilidade de generalização a outras amostras diversas daquela em que foi feito o experimento e à interferência de fatôres culturais e de personalidade. Não há dúvida de que, quanto mais vêzes um experimento fôr repetido com outras amostras e em outros contextos socioculturais, maior será a certeza que teremos no que concerne à relação entre as variáveis independentes manipuladas e as variáveis dependentes medidas.

Em artigo anteriormente publicado de Rodrigues (1967) e em outro ainda inédito do mesmo autor, tive oportunidade de demonstrar a constância de resultados obtidos com amostras diferentes, em locais e culturas diversas e em épocas também diversas, no que concerne à experiência de tensão diante de situações equilibradas e desequilibradas. Tal constância levou-me a escrever o seguinte:

"The results of this study add further support to Newcombs's (1968) claim which can now be safely considered to be a psychological law: given that positively balanced, non-balanced, and positively imbalanced structures are presented to humans who are asked to report (through different indicators) the amount of tension they experience, a positive

monotonic function is found, whith positively balanced structures generating the smallest ammount of tension, and positively imbalanced ones, the greatest. This has been so often and unequivocally found in studies differing in time, local and methodology, that leaves no more reasonable doubt that this is the way human organisms in general, behave in such situations".

O problema da interferência de variáveis de personalidade requer algumas considerações. A psicologia social é, por assim dizer, um estudo latitudinal dos fatôres situacionais que influem no comportamento humano; a psicologia da personalidade e a psicodinâmica focalizam mais tìpicamente um estudo longitudinal de tais fatôres. Nada impede (muito pelo contrário) que êstes dois tipos de enfoques do estudo do comportamento humano completem-se para adicionar novos conhecimentos à ciência psicológica. Em outras palavras, quando o psicólogo social demonstra através de pesquisa experimental a influência genérica de fatôres situacionais, não só é lícito como recomendável que o passo seguinte seja a investigação de possíveis interações entre estas variáveis situacionais, cujo efeito foi determinado, com variáveis de personalidade não consideradas no experimento original, mas controladas pela alocação aleatória das pessoas nos diferentes tratamentos experimentais. Conseqüentemente, parece-me que a eventual inquietação que um primeiro contato com a técnica de pesquisa experimental de laboratório, no estudo do comportamento social humano, possa suscitar, desaparece depois das explicações que acabam de ser dadas. Passemos então ao segundo tipo de críticas, aquelas que eu considerei como sendo mais severas e em geral aduzidas pelas pessoas que, ou não aceitam, ou atribuem baixa prioridade às pesquisas dêste tipo.

No que concerne à crítica relativa à necessidade de levar-se em conta que a situação experimental é, em si mesma, uma situação interpessoal e que, conseqüentemente, suscita apreensão de avaliação, formulação de hipóteses e expectativas por parte dos sujeitos, eventual interferência devida à tendenciosidade do experimentador etc., tal crítica é atualmente aceita sem restrições pelos experimentalistas, principalmente depois dos inequívocos pronunciamentos de Orne e de Rosenthal. O que se faz atualmente em relação a êste problema é, simplesmente, levar em conta a importância dêstes fatôres e utilizar os necessários contrôles para neutralizá-los ou minimizá-los a proporções irrelevantes. Bem diversas, em sua razão de ser, são as demais críticas apontadas. A alegação de que a pesquisa experimental de laboratório simula uma situação da vida real e depois extrapola, sem mais, os achados obtidos num contexto para outro, supõe desconhecimento total do que sejam as finalidades de uma pesquisa de laboratório. Primeiramente, não há falar-se em simulação. Criam-se situações específicas que permitam máximo contrôle da variável (ou variáveis) independente a fim de poder determinar relações probabilísticas de causalidade. De certo, muitas destas situações são análogas a situações da vida real, o que é diferente de simulação das mesmas.

Nenhum experimentador consciente julga que reproduz em seu laboratório uma situação da vida real, a única diferença discernível sendo que uma seria a simulação da outra. Tal não é a finalidade do experimentador. Festinger (1954) diz expressamente que "um experimento de laboratório não precisa, e mesmo não deve, ser uma tentativa de duplicar uma situação da vida real... O experimento de laboratório" continua Festinger, "deve ser uma tentativa de criar uma situação na qual a atuação de variáveis possa ser nìtidamente observada sob condições especiais identificadas e definidas".

Uma distinção interessante e muito apropriada foi recentemente proposta por Aronson e Carlsmith em seu artigo para o *Handbook of Social Psychology* por mim mencionado no início. Distinguem êles entre o que denominam de "realismo mudano" e "realismo experimental". Na medida em que os acontecimentos pesquisados têm lugar na vida real, estamos falando de realismo mundano, cujo tratamento experimental, como já vimos, não é uma das finalidades do experimentador; por outro lado, criar a situação experimental de forma tal que o sujeito se engaje na atividade exercida, que ela seja realística para êle, tenha impacto e o motive a agir sèriamente, isto sim é essencial ao experimento e constitui o que Aronson e Carlsmith denominam de realismo experimental. Em resumo, pois, o experimento de laboratório não dispensa a verificação de seus achados em situações da vida real. Êle fornece ao psicólogo, todavia, uma quantidade substancial de informações concernentes à natureza do psiquismo humano e à relação entre as variáveis consideradas no experimento. Caberá ao cientista aplicado e ao tecnólogo social valerem-se dêstes conhecimentos e planejarem situações que tornem possível a verificação da veracidade destas descobertas na situação real. Resta-me considerar os dois últimos tipos de críticas dentre os que citei anteriormente, ou seja, o que considera supérfluo o experimento de laboratório dado o adiantamento das técnicas de observação dos fenômenos tal como êles se desenrolam na vida real e, finalmente, o problema da propriedade dêste tipo de pesquisa em países em desenvolvimento. A primeira destas duas últimas críticas perde sua razão de ser quando nos remontamos ao experimento de Aronson e Mills já citado e consideramos a alternativa sugerida por esta crítica.

Como já foi exaustivamente demonstrado por Aronson e Carlsmith (1968), a situação da vida real não permite o isolamento completo de variáveis estranhas ao experimento tal como se pode conseguir numa pesquisa de laboratório. Para os que se interessam por êste assunto, sugerimos a leitura do artigo dêstes dois autores na parte que se refere ao experimento de Aronson e Mills (1961).

Finalmente, vejamos o problema de propriedade de pesquisa de laboratório em psicologia social nos países que, pelo seu estágio de desenvolvimento, não deveriam (segundo os críticos dêste método) dar-se ao luxo de tais pesquisas, e sim investir esforços em pesquisas aplicadas especìficamente orientadas para a solução de um problema ou melhoria de uma situação social. O ponto é bastante interessante, principalmente

quando se tem em mente que, mesmo nos países chamados desenvolvidos, a preocupação com a aplicação da psicologia na resolução dos problemas sociais que angustiam a civilização contemporânea não é menos enfatizada. Em recente coletânea de artigos sôbre psicologia social, a revista *Psychology Today* publica 21 artigos todos relacionados com problemas sociais da sociedade americana contemporânea: guetos, conflitos raciais, atribuição da vida nas grandes cidades, abuso do sexo, drogas, agressão desenfreada, protestos violentos e sangrentos, etc. Mais significativo ainda, a meu ver, foi a publicação no último número de 1969 da revista oficial da Associação de Psicólogos Americanos (APA), *American Psychologist*, de dois artigos importantíssimos, um de George Miller sôbre a necessidade de utilizar a psicologia como meio de promover o bem-estar humano, e outro de Morton Deutsch acêrca do que êle chamou de ciência socialmente relevante. A preocupação demonstrada por Miller com o papel que a psicologia deve desempenhar na promoção do bem-estar humano é altamente significativa. A orientação de pesquisas para solução de conflitos é a tônica do artigo de Deutsch. Em nenhum dêstes artigos, porém, encontra-se uma frase sequer que mostre, ou mesmo insinue, a incompatibilidade da pesquisa de laboratório com a preocupação com problemas sociais existentes. Comentando dois de seus projetos de pesquisa, Deutsch chama a atenção para a necessidade de o cientista, quer puro quer aplicado, não colocar *antolhos* em sua atividade científica, de forma que venha a passar por cima de importantes implicações teóricas oriundas de suas pesquisas aplicadas e, recìprocamente, incorra no equívoco de não inferir as conseqüências práticas de suas investigações teóricas. Diz Deutsch com singular propriedade: "A focus on 'science' that excludes 'social relevance' as a distraction or on 'social relevance' that excludes 'science' as irrelevant will in the long run be destructive to both". Para mim pessoalmente o estado de desenvolvimento de um determinado país é irrelevante na controvérsia aqui focalizada. É minha firme convicção que não é possível uma tecnologia social realmente eficaz sem um substrato sólido de investigação pura que forneça ao tecnólogo conhecimento de que precisa para sua ação socialmente relevante. Não é outro o pensamento de uma das mais influentes figuras no cenário da tecnologia social de nossos tempos, criador mesmo da adequada expressão "tecnologia social", o eminente Dr. Jacobo Varela, a quem todos nós participantes dêste Forum teremos o imenso prazer de ouvir na reunião de amanhã, que diz no final de seu livro sôbre tecnologia das ciências sociais, prestes a vir a lume, que a história da humanidade é repleta de exemplos de conflitos para cuja resolução os homens invocavam ou o despotismo ou a anarquia. Varela defende com brilhantismo a posição de que nenhum dêstes dois extremos se fará necessário para o atingimento de uma melhoria de condições de vida entre os homens, se a tecnologia social evitar êste dilema com base nos achados da ciência social. É, pois, a integração harmoniosa da ciência pura e tecnologia social que deve ser incentivada por qualquer nação, desenvolvida, em desenvolvimento ou subdesenvolvida, reconhecendo-se, òbviamente, as limitações inerentes às disponibili-

dades materiais maiores ou menores de cada qual. Tomar como política a seguir a preterição da ciência social pura nos países menos desenvolvidos, em favor de uma atividade frenética, e, por vêzes, desorientada na busca de solução para os problemas sociais, constitui, em minha opinião, um grave e perigoso equívoco.

Não foi minha intenção apresentar aqui para consideração dos leitores, todos os problemas envolvidos na pesquisa experimental em psicologia social, nem tampouco fazer um rol exaustivo de tôdas as críticas apresentadas. Não falei, por exemplo, nas objeções de natureza ética, as ilusões a que são com freqüência submetidos os sujeitos de tais pesquisas. Os interessados no assunto não terão dificuldades em encontrar, na literatura psicológica, artigos magistrais acêrca da experimentação em psicologia social. Fiz questão, entretanto, de transmitir por um número talvez elevado de exemplos e por meio de comentários, que minha experiência de professor me apontou como os mais relevantes, uma idéia geral das características, dos problemas e das vantagens da pesquisa experimental em psicologia social. A complexidade e a gravidade da condição social de nossos tempos não permite que um cientista abdique da relevância social de sua atuação científica. Êrro igualmente indesculpável seria o de engajar-se numa atividade frenética de resolução de problemas sociais, prescindindo das vigas mestras orientadoras e sustentadoras de uma atividade prática consciente e realmente eficaz. Estas vigas mestras em que se apóia o conhecimento científico são formadas pela atividade paciente, tenaz e metódica de observação de fatos, teorização, formulação de hipóteses e teste empírico destas hipóteses.

Em artigo escrito há cêrca de seis meses atrás, que está prestes a vir a público, e intitulado Mudança de atitude na situação de aquiescência forçada ou de como se deve proceder no estudo científico de comportamento humano, eu analiso, com certa profundidade, uma série de experimentos teoréticos e cruciais (para usar a classificação de Lachenmeyer, 1970) relativos a um fenômeno psicossocial: o da mudança de atitude na situação de aquiescência forçada. Concluí êste artigo expressando a seguinte posição: é firme convicção do autor dêste artigo que a controvérsia aqui analisada fornece um exemplo fecundo de como se deve proceder no estudo científico do comportamento humano. Não terá por certo escapado ao leitor o fato de que a referida controvérsia se prolonga por 11 anos e não se acha ainda definitivamente resolvida. Os progressos feitos, todavia, no entendimento do fenômeno psicossocial de aquiescência forçada, são óbvios. A própria extensão temporal da controvérsia fornece-nos um outro ensinamento: a atividade científica, como já dissemos, é penosa, requer tenacidade e dedicação e evolui em pequenos passos. As chamadas "grandes descobertas" nada mais são que resultados finais de longos esforços e pequenos progressos sucessivos. Devemos, pois, adotar a posição mental de que uma psicologia que se considere científica terá de percorrer pacientemente esta trilha penosa da experimentação básica, seguida posteriormente da engenhosidade do tecnólogo encarregado de aplicar os achados da experimentação na vida real. Tecnologia psicoló-

gica sem pesquisa básica é curandeirismo, e não medicina. Esperemos que a controvérsia ilustrada no presente artigo tenha servido para ressaltar a necessidade da aplicação do método científico na psicologia contemporânea, bem como para convencer os que porventura ainda estivessem em dúvida de que é indispensável o estudo de fenômenos psicológicos em nível de pesquisa básica. Tal estudo tornará possível um entendimento mais completo e seguro do ser humano, possibilitando assim uma aplicação da psicologia mais eficaz e mais consciente. Em síntese, consideraremos nosso esfôrço plenamente recompensado se êste artigo servir para ajudar a psicologia no Brasil, a romper de uma vez para sempre com a magia e o conhecimento *puramente* impressionístico, assim como a medicina rompeu com o curandeirismo, a química com a alquimia e a astronomia com a astrologia. "Esta é ainda a minha posição".

Referências bibliográficas

ARONSON, E. Dissonance theory: progress and problems. In: ABELSON, R. P. et al. *Consistency theories: a source book*. Chicago, Rand-McNally, 1968. cap. 1.

ARONSON, E. & CARLSMITH, J. M. Experimentation in social psychology. In: LINDZEY, G. & ARONSON, E. ed. *Handbook of social psichology*. New York, Addison Wesley, 1968. v. 2, cap. 1.

ARONSON, E. & MILLER, J. Severity of initiation on liking for a group. *J. Abnormal and Social Psychology, 59*: 177-81, 1959.

BREHM, J. & COLE, A. Effect of a favor which reduces freedom. *J. Pers. and Social Psychology, 3*: 420-26, 1966.

FESTINGER, L. & CARLSMITH, J. M. Cognitive consequences of forced compliance. *J. Abn. Soc. Psychol, 58*: 203-10, 1959.

FESTINGER, L. & KATZ, D. *Research method in the behavioral sciences*. New York, Holt, 1954.

LACHENMEYER, C. W. Experimentation — a misunderstood methodology in psychological and sociopsychological research. *American Psychologist, 25*: 617-24, 1970.

LINDER, D. E., COOPER, J. & JONES, E. E. Decision freedom as a determinant of the role incentive in attitude change. *J. Pers. Soc. Psychol, 6*: 245-54, 1967.

RODRIGUES, A. On the differendal effect of some parameters of balance. *J. of Psychology, 61*: 241-50, 1965.

A DIMENSÃO SIMBÓLICA

Monique Augras

Mesmo na idade em que a ciência modela o mundo, a razão e a consciência reflexiva nada mais são do que fina capa a canalizar e controlar as atitudes e reações instintivas que penetram todo o comportamento humano. Monique Augras, psicóloga do ISOP, analisa problemas referentes a mitos e símbolos, passados e atuais, o que confere ao livro palpitante interêsse.

REVUE DE PSYCHOLOGIE APPLIQUÉE

Publicação Trimestral

Diretores: Pr. P. PICHOT e P. RENNES

Essa Revista é destinada tanto aos clínicos (psicólogos ou psiquiatras) como aos psicotécnicos (orientadores, psicólogos profissionais). Duas seções orientam-se para a aplicação: — **Técnicas e métodos da psicologia das profissões** e **Técnicas e métodos da psicologia clínica.** As referidas seções têm por finalidade expor sob uma forma precisa e concreta as técnicas fundamentais, esclarecer pontos duvidosos, apresentar, mesmo sob forma de **memorandum,** os métodos práticos de conduta nas aplicações; são suplementadas pelas revistas gerais, que permitem focalizar o alvo das pesquisas nos domínios que interessam diretamente à aplicação. Sob o título **Travaux originaux,** têm lugar os estudos de ordem geral.

As outras seções, **Chroniques et Documentation** e **Analyses,** fornecem, tanto no plano técnico como no profissional, um quadro da vida cotidiana em psicologia aplicada.

●

Redação e administração:
Editions du Centre de Psychologie Appliquée
48 Avenue Victor Hugo — Paris — 16.e — France

●

Preço: Assinatura anual: França: 20 F. — Exterior, 24 F.
Número atrasado ou avulso, a pedido, a preço especial.